

Organização das mulheres no Ceará:

a trajetória do conselho cearense de direitos da mulher - CCDM na viabilização de políticas para as mulheres

Maria Hermenegilda Silva

Mestre em Planejamento em Políticas Públicas - UECE

Maria Helena de Paula Frota (UECE)

Doutora em Sociologia pela Universidade de Salamanca

Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UECE

Resumo

O artigo trata dos processos de criação, constituição e articulação do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM) como instância de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, identificando as forças políticas, apoiadoras e a sistemática de execução de políticas públicas executadas pelos governos do estado do Ceará desde os anos 1986 a 2010 sobre a pressão da sociedade civil representadas por um grupo de mulheres cearenses. Portanto, o referido estudo trata sobre a natureza do conselho, trajetórias, conquistas e a ação das mulheres que compuseram o colegiado no conselho no referido período. Através das falas das conselheiras percebeu-se a dinamicidade do Conselho como um órgão cheio de vida e contradições. Portanto, cerne do artigo revela aspectos dos 24 anos de existência do citado órgão situando o mesmo no contexto político do país, identificando as conselheiras o seus envolvimento políticos, as principais reivindicações do movimento de mulheres da época citada e as mais destacadas ações do conselho enquanto órgão de representação e de promoção de políticas públicas para as mulheres cearenses e as ações governamentais.

Palavras-chave: Organização de mulheres. Conselho cearense de direitos da mulher. Políticas públicas.

Abstract

The article deals with the processes of creation, formation and joint of the Cearense Council of Women's Rights (CCDM) as a forum for dialogue between the state and civil society groups, identifying political forces, supporters and systematic implementation of public policies embraced by governments of the state of Ceará from the years 1986 to 2010 that dealt with peer pressure from civil society represented by local female delegates. Therefore, this study aims at the nature of the Council, pathways, achievements and actions of women who made up the collegial structure on the board during the period of 24 consecutive years as mentioned before. Through the words of council members, it was evident that the dynamics of the Council functioned as a body full of life and contradictions. Therefore, the article reveals core aspects found in 24 consecutive years of existence of the referred Council while functioning in the political context of the country, identifying the correspondent counselors, their political involvements, the main demands of the aforementioned women's movement of the time, and the most outstanding actions of the Council as a body of representation and promotion of public policies for the women of Ceará state along with accredited government actions.

Key words: Women's organization. Cearense council of women's rights. Public policies.

Introdução

O presente artigo versa os processos de criação, constituição e articulação do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM) como instância de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, identificando as forças políticas, apoiadoras e a sistemática de execução de políticas públicas executadas pelos governos do estado do Ceará desde os anos 1986 a 2010 por sobre a pressão da sociedade civil representadas por um grupo de mulheres cearenses.

Tal artigo tem como fonte principal uma dissertação de mestrado realizada para fins de conclusão do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará pela autora, sob a orientação da professora acima citada. Portanto, o referido estudo trata sobre a natureza do conselho, trajetórias, conquistas e a ação das mulheres que compuseram o colegiado no conselho no referido período.

O artigo trata dos 24 anos de existência do citado órgão situando o mesmo no contexto político do país, procurando compreender quem eram essas mulheres qual o envolvimento político das mesmas, quais as principais reivindicações do movimento e quais as principais ações do conselho enquanto órgão de representação e de promoção de políticas públicas para as mulheres cearenses.

No Brasil, muitas mulheres, enquanto protagonistas transcenderam ao âmbito doméstico para o surgimento de um novo sujeito social. Elas se fizeram presente nos movimentos contra o elevado custo de vida, pela anistia política, por creches, criaram associações e casas de mulheres, participaram dos sindicatos onde reivindicaram um espaço próprio e realizaram seus encontros. As mulheres ao adentrarem na vida pública, no campo científico considerado espaço exclusivo masculino, percebe-se uma verdadeira ebulição. As feministas atuam em várias frentes, no sentido na construção da individualidade do ser humano, denunciando a exclusão das mulheres do processo político e democrático que o estado liberal manteve.

Como afirma Perrot (2008, p. 16),

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança.

Estas se organizaram em movimentos multifacetários na perspectiva de uma prática democrática e moderna da cultura e dos costumes na sociedade brasileira. Nesse cenário, elas estiveram presentes nas lutas democráticas, se inseriram na conquista da cidadania, transcendendo seu cotidiano doméstico, como um novo sujeito social. O movimento de mulheres de 1970, apresentou uma nova versão da mulher brasileira que vai às ruas na defesa de seus direitos, realiza manifestações, denuncia as desigualdades sociais. Tais movimentos não eram unificados daí surgirem uma diversidade deles. Os diversos movimentos de mulheres, incorporaram outras reivindicações como direito de ter ou não filhos, punição para os assassinos de mulheres, aborto, sexualidade, violência doméstica dentre outros. Essas expressões diferenciam pautas e concepções identificam movimentos de mulheres em todo o mundo e também no nosso país.

1 Movimentos feministas lutas e conquistas

Na história dos últimos séculos, é notória, a luta que as mulheres empreenderam contra todas as formas de discriminação. Durante um longo período, elas estiveram invisíveis à sociedade e sem nenhuma participação pública, reclusas no mundo doméstico, circunscritas ao silêncio do mundo privado, viviam no obscurantismo.

Para se ter uma ideia da dimensão da exclusão da mulher do processo social, mesmo com o surgimento Iluminismo no século XVIII, época de disseminação de ideais progressistas, as mulheres foram excluídas dos direitos de cidadania que os homens tinham apesar de grande participação delas nas lutas sociais.

Rousseau (*apud* GASPARI, 2003, p. 29), compreendia que a mulher deveria permanecer sem instrução, aliás bastaria apenas saber das coisas do lar e servir ao homem, no discurso dele:

A educação feminina deveria ser restrita ao doméstico, pois, segundo ele, elas não deveriam ir em busca do saber, considerado contrário à sua natureza. Essa sociedade que lutava tanto por liberdade, passou a exigir que as mulheres fizessem parte dela, mas como mães, guardiãs dos costumes, e como seres dispostos a servir o homem.

Desse modo, as ideias de Rousseau reforçaram a inferioridade feminina, pois evidenciava a sua incapacidade de raciocinar em relação ao homem. Portanto, não ignorou

a distinção masculino/feminino, o que contribuiu para a continuidade da hegemonia dos homens perante às mulheres. Essa visão desigual entre os sexos estabeleceu preconceitos e estereótipos da figura feminina e serviu de base para consolidar a sociedade machista nos séculos XX e XXI.

Já no século XIX, as mulheres iniciaram sair do obscurantismo ao deflagrarem movimentos sociais, os quais mudariam paradigmas, sobretudo, aqueles relativos aos papéis desempenhados na sociedade. Como se evidencia na sua trajetória, o movimento feminista se materializa, ganha forma e transforma-se no símbolo da afirmação das mulheres contra os diversos tipos de discriminação. Com o advento das grandes revoluções – Revolução Russa, Comuna de Paris, Revolução Francesa, dentre outras, o movimento feminista, já na segunda metade do século XIX, a partir da organização das mulheres parte à luta, reivindicando direitos à igualdade.

Nesse processo, o movimento feminista representou uma importante estratégia na busca de seus direitos, da igualdade e da emancipação feminina, cujo apogeu aconteceu mais tarde, em pleno século XX.

Nesse século muitas transformações se sucederam no âmbito político, social e cultural, além de ocorrer no cenário mundial profundas mudanças econômicas. O mundo viveu duas guerras mundiais, bem como grandes revoluções foram iniciadas em séculos passados. Esses fatos repercutiram, fundamentalmente, nos valores, comportamentos e a na mentalidade da sociedade, influenciada, inclusive, pelos ideais liberais e marxistas, as quais influenciaram as correntes de pensamentos na sociedade do século XXI.

Todas essas transformações também colaboram para repensar o espaço das mulheres na sociedade. Estas partiram para luta para demarcar esse espaço. Logo, iniciou-se um longo processo de transformação social e mudança cultural a partir da discussão do tema gênero, materializado através do feminismo, movimento social organizado, que atinge a cultura e a política, numa sociedade estruturada no patriarcalismo. Para Melucci (2001, p. 105):

O movimento das mulheres mais do que um outro movimento, significou o apelo a uma diferença que originou a ação coletiva: diferença irreduzível, porque radicada na natureza e na experiência ancestral da espécie. Por isso, é tão mais difícil separar as lutas das mulheres da história da mulher, da consciência de uma subordinação que penetra na memória mais arcaica das sociedades humanas.

O movimento feminista contesta a ideologia patriarcal, sustentada na diferenciação de papéis baseado tão somente em critérios biológicos, mostrou-se uma forte voz contra

a opressão masculina e buscou construir uma nova proposta ideológica capaz de conduzir as mulheres à perspectiva de igualdade de oportunidade na redefinição das relações de gênero. Desse modo, o feminismo contraria a “ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade [...]. Essa diferenciação [...] mascara uma hierarquia, que delega ao homem a posição de mando” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 55).

O conceito de gênero vai redefinir o movimento feminista buscando “a igualdade entre os gêneros respeitando suas diferenças, discutindo as relações de poder na sociedade que definem e redefinem os papéis de homens e mulheres, decorrendo, portanto, de mais acesso e menos acesso dos gêneros aos bens materiais e espirituais da sociedade. Nesse contexto, na formação dessas hierarquias observa-se a as estruturas simbólicas das sociedades geradas por meio das ideologias religiosas, educacionais e jurídicas nas configurações das relações dominação versus subordinação retroalimentando essas estruturas. Salienta-se a em todos os âmbitos, sem distinção entre as esferas públicas e privadas, visando à obtenção de direitos iguais. (SCOTT, 1990 *apud* FROTA, 2004).

Pensar de outra forma o movimento feminista estaria fadado ao insucesso. Por isso, pensar o feminismo parte-se da ideia, conforme afirma (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 9-10), de:

repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades ‘femininas’ ou ‘masculinas’ sejam atributos do ser humano em sua globalidade. [...] Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões.

Nesse sentido, as mulheres assumiram uma posição estratégica de resistência à dominação masculina buscando conquistar espaço na vida pública e social. Para tanto, foi necessário discutir a questão de gênero e poder e, a partir daí, romper com os velhos paradigmas da naturalização das diferenças fundadas no sexo do indivíduo e assim desconstruir a imagem de ser inferior construída no universo cultural predominantemente masculina e misógino.

As reivindicações dos movimentos feministas por igualdade de direitos aconteceram em três momentos distintos, denominadas de “ondas feministas”. Cronologicamente a primeira onda acontece no período que compreende da Revolução Francesa até o final

da Primeira Guerra Mundial. A segunda, ressurgiu na década de 1960. E a terceira emerge na década de 90. Esses diferentes momentos ocorreram em épocas diversas, historicamente construídas de acordo com as necessidades políticas, o contexto social e as possibilidades pré-discursivas de cada tempo (SAFFIOTI, 1988 p. 107).

A primeira onda dos movimentos feministas ocorre no século XIX, época marcada pelas lutas do operariado, organizadas em duas frentes: uma por melhores condições de trabalho e outra pelos direitos de cidadania. Ao mesmo tempo que as trabalhadoras se organizavam através dos sindicatos, lutavam pelo direito ao voto, à educação e ao exercício de determinadas profissões. Essa primeira onda de lutas, segundo Saffioti (1988), tinha como proposta fundamental “ampliar o que se entende por democracia, tornando iguais perante as leis. Neste entendimento, cabia reivindicar igualdade de direitos com relação aos homens”.

Na democracia masculina o direito ao sufrágio era garantido somente ao homem. Em virtude dessa exclusão, as mulheres partiram na luta para a conquista do direito de votar. Foi uma longa luta, que na Inglaterra e nos Estados Unidos veio após sete décadas e no Brasil depois de quarenta anos de intensos debates (ALVES; PITANGUY, 1985).

Como afirma Rabenhorst (2010), o feminismo igualitário foi o norteador da primeira onda do feminismo, o qual se baseou no pensamento liberal ou marxista. O objetivo nesta fase do movimento era “identificar as causas da discriminação das mulheres e em reivindicar igualdade entre elas e os homens, sobretudo no plano dos direitos civis e políticos” (RABENHORST, 2010, p. 13).

Para Rabenhorst (2010, p. 17), a “causa da subordinação feminina estaria assentada nos preconceitos e estereótipos acerca das mulheres, e o espaço maior de manifestação desta dominação seria a própria vida pública”. Portanto, para a superação dessa subordinação seria necessária modificar as leis discriminatórias que prejudicariam o acesso das mulheres à vida pública e a uma mudança das práticas que favoreciam a disseminação de pensamentos sexistas.

Outra perspectiva de análise surgida foi o do feminismo igualitário marxista que se baseava na crítica socialista, onde em que os valores como a igualdade e a liberdade da Revolução Francesa teriam sido direcionados apenas à classe burguesa excluindo a classe trabalhadora sem uma extensão universal enquanto direitos. Posteriormente, com as conquistas ganhas relativas aos direitos trabalhistas motivou o surgimento do feminismo igualitário marxista, o qual compreendia que “a causa da subordinação feminina adviria da própria organização econômica, e seu lugar de expressão, portanto, seria a economia e o mundo do trabalho” (RABENHORST, 2010, p. 18).

Somente em pleno século XX já nas décadas de 30 e 40 os movimentos feministas obtêm conquistas relevantes, pois as mulheres conseguem o direito de votar e serem

votadas. Em virtude do início da Segunda Guerra Mundial, a mão de obra masculina foi compelido aos campos de batalha, a partir de então, por necessidade econômica daquele momento histórico, os postos vagos deixados pelos homens passaram a ser ocupadas pelas mulheres.

Com o ingresso das mulheres ao mercado de trabalho, ocorreu, mesmo que, momentaneamente, a valorização do trabalho feminino. Terminada a guerra, a força de trabalho masculina retorna para ocupar seus postos, porém ocupados pelas mulheres. Era preciso devolver a mulher ao seu ambiente “natural”, assim preponderou “a diferenciação de papéis por sexo, atribuindo à condição feminina o espaço doméstico como forma de justificar a retirada da mulher do mercado de trabalho, para que cedesse seus lugares aos homens” (RABENHORST, 2010, p. 22).

Assim, diversas teóricas feministas começam a questionar o reforço de tais papéis culturais e sociais e procuram retomar certas conquistas atingidas pelo ingresso no mercado do trabalho, como: o espaço público (ainda que precarizado e desvalorizado); o ingresso nas universidades; e a conquista de democracia representativa, de forma a romper os entraves das reivindicações formais da primeira onda feminista.

Nesse cenário incorporar-se nesta primeira fase as principais lutas concretas como a formação profissional e a representação política, reivindicando o acesso à educação formal, ao trabalho remunerado e ao voto. Verifica-se também a presença pautas generalizadas de igualdade formal inclusiva, de pouco influência numa estrutura patriarcal historicamente construída.

A segunda onda do movimento feminista surgiu nos anos de 1960, que integra setores de classe média e mulheres trabalhadoras da Europa e Estados Unidos. Essa segunda fase do movimento feminista buscou a ampliação dos questionamentos políticos e sociais iniciados na primeira onda, abrangendo o interesse de uma multiplicidade de questões. Incorpora-se à luta o combate ao patriarcado, ideologia responsável pela dominação masculina e inferiorização das mulheres em todos os espaços sociais.

Os debates dessa época colocam em oposição as feministas da igualdade, representadas, na sua grande maioria, pelas americanas e as feministas da diferença, predominante na França. O antagonismo entre essas duas frentes tinha como principal fator as disputas no que diz “respeito à natureza e à causa das injustiças de gênero, à solução para essas injustiças e ao significado da equidade de gênero” (NEVES, 2005, p. 18).

Para as feministas o argumento da hierarquia de gênero era o principal mecanismo para assegurar a dominação masculina. Nesse sentido, os homens criavam diferenças baseadas no sexo para justificar sua preponderância na sociedade. A exemplo, a mulher era negado o acesso à vida pública e “aos bens sociais essenciais, como renda, trabalho, saúde, educação, autonomia, respeito, prazer sexual, integridade de seus corpos e segu-

rança física” (NEVES, 2005, p. 19). O objetivo dessa corrente era desconstruir a ideia de diferença determinado pelo gênero e estabelecer a igualdade. Ainda foi possível fazer outros recortes para além do gênero, como a inclusão das mulheres negras e pobres subjugadas dentro do movimento.

Dentro do feminismo da igualdade, surge a corrente do “feminismo radical”. Essa corrente recebeu essa denominação não pelo fato de radicalizar as ideias do feminismo da igualdade, mas por considerar a necessidade de se determinar a raiz do problema da opressão feminina, que estaria fincada no patriarcado. Portanto, o feminismo radical assenta sobre a reflexão de que a raiz da desigualdade, da opressão feminina e da dominação do homem sobre a mulher são produtos do sistema patriarcal. Assim, as mulheres alcançariam sua liberação a partir da superação do patriarcado, levando a própria separação dos homens e mulheres.

A partir da década de 70 o feminismo da igualdade dá lugar ao novo feminismo. Ele não desvalorizava a diferença de gênero, pelo contrário, acreditava que visão igualitária das mulheres em relação aos homens, como a de exercer atividades tradicionalmente masculinas, significaria uma depreciação das atividades femininas. Nessa lógica, o feminismo da igualdade não mudaria o sexismo e desvalorizaria a feminilidade. Era preciso, portanto, “uma interpretação nova e positiva da diferença de gênero, que valorizaria a feminilidade. Dever-se-ia, reconhecer, e não minimizar, a diferença de gênero” (NEVES, 2005, p. 19).

A terceira onda emerge na última década do século XX, consolida-se a partir da década de 1990 e conserva-se até os dias atuais. Nesta fase do movimento feminista o feminismo ocorre a junção de todas as conquistas promovidas pelas ondas precedentes. Neste novo momento, passa a questionar com mais profundidade as questões em torno da igualdade e da diferença. Concentra-se, também, em corrigir e criticar as concepções e atitudes deixadas pela segunda onda.

As feministas da terceira onda centram-se nos desdobramentos práticos e teorias das diferenças entre as mulheres referentes à distribuição desigual de bens e serviços, oriunda da hierarquia do sistema mundial, à raça, à etnia, à classe e à orientação sexual. Dever-se-ia ter em vista a partir de então os diferentes tipos de mulheres. Esse debate foi proposto, sobretudo, por feministas lésbicas e negras, que não se sentiam contempladas pelos movimentos passados.

2 Repercussões dos movimentos: feministas e de mulheres no Brasil

O feminismo firmado nos anos 60 nos Estados Unidos e na Europa, começou a ter maior visibilidade no Brasil, com propostas políticas bem definidas, a partir de 1975, impulsionadas pela promulgação da ONU do “Ano Internacional da Mulher”, mediante realização da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, realizada no México. Contou com a presença de mais de 8 (oito) mil mulheres representantes de 113 países e de organizações não-governamentais, debatendo três temas principais: a igualdade entre os sexos, a integração da mulher no desenvolvimento e a promoção da paz. A conferência foi considerada um acontecimento relevante na luta pelos direitos das mulheres, resultando em organizações como o Centro da Tribuna Internacional da Mulher, o Instituto Internacional de Fundo Voluntário para a Mulher das Nações Unidas, além de instituir os anos de 1976 a 1985 como a Década da Mulher (PIMENTA, 2010).

As feministas no Brasil assumiram o compromisso de lutar pela igualdade das mulheres, pela anistia dos presos políticos e pela abertura democrática. Eram grupos de reflexão e pressão que tiveram proposições tais como contra a opressão de sexo e de classe. As comemorações do Dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – contribuíram para a organização de fóruns feministas, com protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações. Os sindicatos também se constituíram em espaços de embates entre sindicalismo e mulheres trabalhadoras na perspectiva para não hierarquização das lutas.

Entre os anos 1975-1979, as mulheres reunidas em associações, grupos, coletivos, dentre outros, se uniram e dialogaram com sindicatos, realizaram debates, seminários, manifestações, congressos e conseguiram dar visibilidade para suas reivindicações.

O I Encontro Nacional Feminista, em 1978, realizado no Rio de Janeiro foi uma oportunidade de dar divulgação às publicações de jornais feministas, como “Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio em 1980, e o Comulher-Comunicação Mulher em de 1985”, dentre outros (CABANES; TELLES, 2006). Neste período, foi à fase de eclosão dos movimentos sociais identitários, dentre eles, o Conselho da Condição Feminina, publicações como Maria Maria, Revista do Unifem – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Nesse cenário, verifica-se o protagonismo das mulheres na defesa da sua cidadania, dos direitos humanos e na sua identidade de gênero, na perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

As eleições parlamentares realizadas em 1978, em plena ditadura tinham candidatos de apenas dois partidos: Aliança Renovadora Nacional – ARENA (apoiadores do regime

militar) e Movimento Democrático Brasileiro – MDB (composto pelas forças de oposição ao regime), porém, nenhum dos dois contemplava em seus programas demandas das mulheres. Assim, as mulheres desses movimentos enfrentaram o desafio de busca de seus direitos. Embora, com muitos interesses conflitantes, com várias posições feministas, as separatistas e as intelectuais preocupadas com as lutas gerais e específicas e as defensoras do movimento autônomo, as “estrangeiras” ex-exiladas, eram influenciadas pelo movimento feminista europeu, etc. Verificou-se então a eficácia das respostas às pressões e aos desafios que as feministas desenvolveram bem como a capacidade de se manterem participantes no cenário político como personagem militante (PIMENTA, 2010).

Já nesse momento há uma tentativa por parte do movimento de interferir nas ações governamentais, com apresentações de sugestões para o projeto de alteração no Código Civil, de 1916. O desempenho do seu novo papel na esfera pública, ganhou visibilidade mas ao mesmo tempo resultou para as forças conservadoras um elemento “complicador” para o âmbito político. Articulado com outras agendas constituídas como o movimento negro e as demarcações das terras indígenas, e, como habilidade política, o movimento feminista utilizou o slogan da oposição: “o povo unido jamais será vencido”, argumentando que “povo não tem sexo, nem raça, nem orientação sexual”. Assim, as mulheres contribuem com novos referenciais de poder para o debate político.

Diante da vitória do MDB nas eleições de 1978, o último presidente militar, general João Baptista Figueiredo, decreta a Lei da Anistia, Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

Esta Lei concedia o direito de retorno ao país para brasileiros condenados e exilados por crimes políticos. Essa volta, de políticos, artistas e intelectuais, viabilizou o processo de redemocratização do país e fortaleceu os movimentos sociais em suas agendas políticas. Neste mesmo ano, a Lei Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, extinguiu a ARENA e o MDB e restabeleceu o pluripartidarismo no país. A ARENA mudou seu nome para PDS, enquanto o MDB mudou para PMDB, assim como, outros partidos foram criados: PT e PDT (PIMENTA, 2010, p. 69).

No início da década de 1980, a sociedade brasileira vive um momento bastante significativo na política, à transição democrática, através da convocação de eleições diretas para governadores. Nesse momento um grupo de feministas paulistas apresentou proposta de criação de um órgão específico, para assumir a defesa da cidadania feminina e implementação de políticas públicas para as mulheres no Estado.

Em 1982, com a vitória da oposição nas eleições para governos estaduais em Unidades da Federação, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Tancredo Neves,

em Minas Gerais, Franco Montoro, em São Paulo, e, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, um setor do movimento de mulheres reivindicou a implantação de espaços institucionais nestes governos. Como resultado dessas articulações, foram criados o Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo, e o Conselho dos Direitos da Mulher em Minas Gerais.

Em meados de 1984, um grupo de mulheres apoiadoras da candidatura de Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, à Presidência da República, reivindicou a criação de um órgão, a nível federal, que orientasse o Poder Executivo para às políticas públicas para as mulheres. Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney assumiu a Presidência em 15 de março de 1985 e no dia 29 de agosto do mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, após mais de duas décadas de mobilizações dos movimentos feministas, Lei nº 7.353, publicado no Diário Oficial da União, em 30 de agosto de 1985.

O citado Conselho foi vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de “promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país” (BRASIL, 1985). A mesma Lei cria o Fundo Especial de Direitos da Mulher (F.E.D.M.), que dotaria o CNDM dos recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

Na primeira gestão do CNDM – 1985-1989 este, entre outras ações, apoiou a defesa das propostas da campanha “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, junto ao Congresso Nacional, que estabelecia uma nova Constituição para o país. Além da consulta à sociedade, foram desenvolvidas campanhas publicitárias e o acompanhamento dos trabalhos das comissões no Congresso, realizando um verdadeiro lobby, o “Lobby do Batom”, como ficou conhecido na época. O CNDM aprovou 80% de suas reivindicações na Constituição Brasileira de 1988.

[...] com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas públicas que visem assegurar a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País (BRASIL, 1985).

A autora Eva Blay (1980), analisando esse período histórico da vida brasileira relacionando aos movimentos de mulheres afirma a mesma que na época, aconteceram várias manifestações organizadas por associações ou lideranças femininas que se articularam em torno de problemas políticos e econômicos. No século passado, a mulher foi atuante no período abolicionista, na luta pela República, e em vários movimentos de crise da política

local; no século XX houve participação feminina na luta pelo direito ao voto, em movimentos constitucionalistas e em movimentos populares pela melhoria das condições de vida. Todavia, não se observa, de forma visível, uma continuidade entre esses movimentos. As conquistas atingidas segundo a autora, não foram direcionadas à “emancipação feminina”.

3 Criação do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher e a conjuntura da época

No Ceará, a criação do CCDM aconteceu num momento de significativas transformações no cenário político local e nacional, com a participação de mulheres de diferentes tendências ideológicas e com apoio de forças políticas sintonizadas com a transição democrática no país.

Figura 1 - Criação do CCDM, com a Presidenta Fátima Dourado e o Governador Luiz de Gonzaga Mota



Fonte: Arquivo particular

No Ceará sob a influência dos movimentos feministas e de mulheres no avanço das reivindicações foram pautadas na agenda governamental a implantação da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Fortaleza (1986), e, o Centro de Orientação Jurídico para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica - COJEM (1989), órgão que recebia denúncias e acompanhava às mulheres em situação de violência doméstica.

O CCDM de acordo com os documentos consultados, se caracterizou como um organismo de mediação política e institucional entre as demandas dos movimentos feministas e de mulheres e o poder público estadual. Desde a sua criação, foi objeto de interferências e adequações das visões políticas e de correlações de forças, que muitas vezes fortaleceu, mas também, enfraqueceu o Conselho como se observou no decorrer da pesquisa.

Inicialmente procurou-se identifica-se o perfil das mulheres que compuseram o conselho identificando situação de classe social, nível de instrução, profissão e filiação partidária.

Na conclusão das pesquisas observou-se que as mulheres que se inseriram no Conselho desde a sua criação em 1986 até 1991 foram na sua maioria mulheres de classe média, intelectuais, sindicalistas, professoras e técnicas. Destacando-se dentre estas: **Maria Luíza Fontenele**, assistente social, professora da Universidade Federal do Ceará, membro do Partido dos Trabalhadores e integrante de uma organização feminista - União das Mulheres Cearenses e do Movimento Feminino pela Anistia; **Nildes Alencar Lima**, pedagoga, também integrante União das Mulheres Cearenses e do Movimento Feminino pela Anistia, teve forte influência da Igreja Católica, por ser irmã do Frei Tito de Alencar; **Maria Consuelo Bezerra Lins**, nível superior, professora da Universidade Federal do Ceará, advogada, integrante União das Mulheres Cearenses; **Maria Dias**, deputada estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, professora da Universidade Estadual do Ceará, integrante da Associação dos Supervisores do Estado; **Maria Darciane Barreto**, nível médio, bancaria do Banco do Estado do Ceará -BEC, filiada ao Partido Comunista do Brasil e integrante de uma organização feminista - Centro Popular da Mulher pertencente ao citado partido, ; **Maria de Fátima Dourado Mapurunga**, médica, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro - PCB e a União das Mulheres Cearenses integrante do Movimento Feminino pela Anistia; **Maria de Nazaré Coelho Antero**, formada em administração, vinculada ao PC do B e ao Centro Popular da Mulher e ao Movimento Feminista pela Anistia; **Francisca Martir da Silva**, advogada, vinculada ao PC do B ao Centro Popular da Mulher e ao Movimento Feminista pela Anistia e ; **Mônica Barroso**, advogada, defensora pública.

Figura 2 – Instalação do CCDM e posse do Colegiado no Palácio da Abolição, em 21/12/87



Fonte: Arquivo particular.

Durante o período de vigência do Conselho, este teve como marco as administrações dos governadores do Estado e as respostas as suas reivindicações estavam diretamente dependentes das políticas desenvolvidas pelas mesmas instâncias. Nesse sentido destacamos cinco momentos que correspondem aos períodos de mandatos dos governadores como se descreve a seguir:

Primeiro momento, governador Tasso Ribeiro Jereissati de 1986-1990 (primeiro mandato). Período de instalação do Conselho, cuja característica principal, se expressa na força do movimento organizado das mulheres que se articulou e desenvolveu importantes estratégias de ação para que o Estado mantivesse em sua agenda de realizações, políticas públicas que atendessem as demandas do referido movimento. Esse período foi marcado de grande efervescência política nacional e local por ser um período constituinte. Verifica-se dentre outras atividades realizadas pelo conselho a execução de grandes eventos, como seminários e encontros.

Segundo momento, governador Ciro Ferreira Gomes de 1991-1995, o Conselho atua através de articulações com pequenos grupos, associações, organizações não governamentais (ONGs). Prioriza o trabalho educativo, nas áreas da violência doméstica, da criança e do adolescente. O Estado oferece cursos de capacitação para seus técnicos, especialmente, para educadores de rua que desenvolvem trabalhos profissionais na área da criança e adolescência, por solicitação dos financiadores internacionais, no sentido da redução do trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Terceiro momento, novamente Tasso Ribeiro Jereissati – segundo mandato de 1995-1999. Nesse momento o governo realizou uma reforma administrativa no Estado, com a criação dos conselhos setoriais. Sob tal decisão o CCDM sai da Secretaria de Governo sendo transferido para a Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social¹. Implanta-se um colegiado provisório, composto por 12 (doze) conselheiras titulares e 12 (doze) suplentes, convocadas pelo governo do Estado e escolhidas através de currículos que comprovem o seu envolvimento com a questão feminina ou de gênero, seja pela produção de estudos e pesquisas, seja por ações desenvolvidas. Tal decisão é tomada pelo governo para tentar minimizar as desídiás internas entre os grupos feministas de esquerda que compunham a diretoria do CCDM na disputa pela poder. A proposta inclui, também, a redução dos cargos comissionados, dos 17 (dezesete) existentes, para 7 (sete), e, a elaboração de regimento interno sob a anuência da Procuradoria Geral do Estado.

Quarto momento, governador Lúcio Gonçalo de Alcântara, de 2002-2006. O Conselho é transferido para a Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania. Nesse período é marcado pela divulgação de um expressivo número de assassinato de mulheres no Estado, concentrando-se no Cariri na Região Sul. Como resposta à sociedade e aos movimentos de mulheres o então governador, institui em 2005, o “O ANO DA MULHER” no âmbito do Estado do Ceará lançando uma campanha publicitária com a temática “POR AMOR À VIDA DA MULHER”.

Quinto momento, governador Cid Ferreira Gomes de 2007-2010 (primeiro mandato). Sob a égide de uma política para as mulheres estabelecida pelo governo federal, Presidente Luís Inácio Lula da Silva e com a publicação da Lei Maria da Penha, em 18 de dezembro de 2008 o governador do Estado assina o Acordo de Cooperação Federativo com a União, tendo como intermediária a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República. O Pacto Nacional de Enfretamento à Violência contra a Mulher, consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações no combate à violência contra a

¹ Conforme a Lei nº 12.606, de 15 de julho de 1996, o governador Tasso assina a reformulação do Conselho: vinculação do CCDM à Secretaria do Trabalho e Ação Social, constituição do Conselho por 12 (doze) conselheiras, sendo 6 (seis) representantes da sociedade civil, escolhidas entre pessoas que comprovadamente tenham envolvimento com a condição feminina e/ou masculina, com questões de gênero, e, seis representantes de órgãos governamentais, além da redução para três cargos comissionados.

mulher entre 2008 a 2011 em todo o território nacional com a anuência dos governadores. Nesse intervalo foi criada aqui no Ceará a Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres (CEPAM), como órgão vinculado ao Gabinete do Governador. Paradoxalmente nesse período o Conselho é desativado pela coordenadora nomeada.

Durante esses cinco momentos acima descritos foram muitas as demandas e realizações vivenciadas pelas mulheres que compuseram esse grupo como verifica-se através de seus depoimentos:

Para Maria Luiza Fontenele as demandas daquele momento eram,

A violência contra a mulher, contra a discriminação, a saúde da mulher e a sua sexualidade, a discriminação do aborto e contra as ligações de trompas que estavam absurdas, toda uma campanha no sentido do resgate dessa bandeira de autonomia das mulheres, e não, o Estado a controlar as vidas humanas.

Nildes Alencar Lima informa que,

Primeira demanda das mulheres, era a creche, era ponto final em qualquer lugar que a gente fosse nada existia. As crianças, as mães eram inteiramente abandonadas. As favelas, as condições de vida das famílias eram as piores, as mulheres só procriavam. Foram surgindo às primeiras creches, era casas velhas de pessoas boas que abriam as portas e colocavam as crianças, ao chegar fazia vergonha, ver aquelas condições. Também a jornada de trabalho da mulher, elas passavam o dia todo trabalhando e quando chegavam tinham que dar conta de toda situação da família. Além de deixar seus filhos abandonados, quando chegava era sobrecarregada. Era jornada de trabalho, as creches e direitos iguais. A violência era um fenômeno escondido, era velado. À medida que a mulher ia subindo cada degrau, ela vai revelando aquelas coisas subjacentes, escondidas debaixo do tapete, da sua própria existência.

Para Maria Consuelo Bezerra Lins as demandas,

Na verdade a primeira demanda e nunca deixou de ser, foi a questão da violência, que começou a ficar visível. Nós passamos em 1983 de mais de 30 homicídios para cem mulheres assassinadas. Foi criada a

Delegacia da Mulher no final do governo Gonzaga Mota, nós colocamos na Constituinte Estadual onde houvesse 60 mil habitantes era para ter uma Delegacia da Mulher. A gente conseguiu sensibilizar os médicos para atender as mulheres vítimas de violência. Eu tenho uma experiência de acompanhamento de violência, até quando uma mulher de seis meses de grávida foi assassinada. Os governos, os governantes têm uma dívida muito grande com as mulheres. Há necessidade de mais Delegacias de Mulheres no Ceará. As principais ações do Conselho foram os projetos exemplo: Maria Bonita.

Maria Dias afirma que as demandas eram,

As demandas que se trabalhava naquela época elas se situaram muito em função da situação da violência que era praticada contra a mulher, no trabalho da mulher, no trabalho infantil, habitação, saúde da mulher. As demandas se situavam muito em função desse segmento de necessidades constatadas no seio das mulheres, que ao mesmo tempo eram demandas da sociedade, mas aí foram trabalhadas com foco nas mulheres. Durante o governo Tasso, a Fátima foi a primeira presidente, ela trabalhou muito no sentido de instalar, ocupar o espaço físico e aí o conselho passou a ser executivo. A Fátima é médica e as ações se voltaram mais de acordo com a formação, tudo se realizou na linha de apoio à violência contra a mulher, como a Delegacia de defesa da Mulher, a Casa Abrigo, o COJEM e o Programa de saúde da Mulher. As mulheres ascenderam mais os índices de ocupação para cargos públicos, a Nildes como Secretária de educação do estado, eu ocupei a secretaria de Administração do Estado. Foi um momento em que as mulheres ocuparam bastante o espaço, houve um maior reconhecimento da categoria.

Maria Darciane Barreto informa que,

Foi implantado o CCDM, a Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza, a Casa Abrigo para Mulheres, mas a violência contra a mulher até hoje é pertinente continua a violência naquela época era muito difícil, as mulheres sofriam todos os tipos de violência, mas pela falta de instrumentos, de órgãos para as mulheres, questionava meios com o governo. Houve uma ação “chega de violência contra a mulher” domés-

tica, sexual, moral. Era uma violência silenciosa. As demandas até hoje existe a questão de gênero permanece o machismo é latente, íamos muito à imprensa para denunciar e discutir com as mulheres. A questão era tão forte manifestações, passeatas discutimos com a Secretaria de Segurança Pública sobre a importância da DEAM. As mulheres no interior eram proibidas de trabalhar nas frentes de serviço na época da seca. E através da luta pelo sindicato para enfrentar essa barreira contra as mulheres, utilizamos as rádios para reivindicar o direito das mulheres se alistarem e trabalharem. Elaboramos propostas, projeto de Lei para criação do Conselho, articulamos com as secretarias estaduais de educação, saúde e cultura para que o governo deliberasse sobre as políticas públicas que as mulheres desejavam. As atividades eram desenvolvidas através da formação das comissões técnicas de trabalho, saúde, creches e cultura.

Maria de Fátima Dourado Mapurunga completa dizendo que,

As demandas das mulheres já foram citadas, foi a Delegacia de Defesa da Mulher, o COJEM, a Casa Abrigo. Além da criação dos órgãos, muito mais importante, foram as leis aprovadas, o fato de influir na Constituição Federal de 1988, tivemos um papel muito importante, a Carta das Mulheres para os Constituintes, a Constituição Estadual a gente mudou muitos capítulos sobre a condição feminina, demos plantão na Assembleia Legislativa com João Alfredo, Ilário Marques para conseguirmos construir leis. As Constituições Municipais, a gente mudou a lei orgânica do município, reunimos vereadores do Ceará, para que as leis orgânicas municipais, também, pudessem conter essas mesmas leis. A gente disseminou uma cultura feminista, também acho que contribuimos com o feminismo da diferença, porque existia um feminismo muito radical, em que as mulheres pareciam mais com arremedo de homem. O Conselho do Ceará juntou-se com o Conselho de São Paulo e do Paraná, eram bem conceituados, nos articulamos e criamos também, a rede latino-americana de conselhos de mulheres. Então, a gente continuou se articulando a nível municipal, com os conselhos municipais, a gente se reunia aqui, em Fortaleza. No âmbito estadual, através da coordenação da rede interestadual, assim como, no nível latino-americano. Acabou que por conta da rede Latino-americana, tivemos uma repercussão mundial, fomos convidadas para participar da Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, e para a Conferência Mulher, Saúde e Desenvolvimento, em Washington.

Conforme Maria de Nazaré Coelho Antero,

As demandas das mulheres eram por creches, pelas Delegacias de Defesa da Mulher. Nós lutamos muito na Constituinte por creches, licença maternidade, por terra, moradia e por emprego. Mas a demanda ainda hoje é muito forte. Fortaleza tem apenas uma Delegacia da Mulher, é muito pouco. Temo no âmbito municipal uma Casa Abrigo e um Centro de Referência. Mas poderíamos ter mais Delegacias, pois sete é muito pouco. Hoje a gente vê muitos juizes/as novos, temos tido delegadas jovens com entendimento sobre a questão da Mulher. Mas a nossa grande luta é para ter mais Delegacias.

Nesse período, é importante ressaltar, as ações desenvolvidas pelo Conselho, com prioridade para as áreas da violência, saúde, cultura, educação, creche, trabalho e rural. Em articulação com os movimentos sociais urbanos realizamos debates de interesse das mulheres, participamos das comemorações do Dia Internacional da Mulher, mobilizamos a sociedade civil para a elaboração de emendas populares para a Constituição Federal e Estadual. Igualmente, foram realizados seminários, cursos, encontros, propiciando a proximidade do Conselho com mulheres da administração estadual, de entidades civis, de associações de bairros, de ONGs. As atividades que envolveram as mulheres servidoras das secretarias de governo se referem às estratégias de politização vinculadas aos órgãos estaduais e o reconhecimento da problemática da mulher no interior do Estado.

3 Trajetórias institucionais do Conselho e políticas públicas para as mulheres

A institucionalização do CCDM na estrutura organizacional do Estado do Ceará para legitimação das demandas feministas propiciou o surgimento de um novo agente político, que conseguiu introduzir na agenda governamental políticas públicas de interesse das mulheres. A experiência exitosa do período inicial do Conselho, e, posteriormente, crises e restrições determinadas pelo Executivo, principalmente, a partir de 1990, surgindo questionamentos significativos, os quais abordam o papel do CCDM referente ao controle e as forças existentes dentro dos governos. Tais conflitos refletiram na institucionalização do

Organização das mulheres no Ceará:

a trajetória do conselho cearense de direitos da mulher - CCDM na viabilização de políticas para as mulheres

Conselho que declinou nas transferências do mesmo para diversas secretarias de estado o que refletia em menos ou mais prestígio e conseqüentemente mais poder e efetividade de políticas públicas.

a) **CCDM vinculado à Secretaria de Governo sediado no Gabinete do Governador, período - 1986-1991.** Sediado no Palácio da Abolição. **Governo Tasso Jereissati**, primeiro mandato. **Composição:** 24 conselheiras, sendo 18 membros titulares e 06 suplentes com mandato de 04 anos. **Estrutura hierárquica:** Direção Executiva composta com 07 conselheiras escolhidas pelo chefe do poder executivo. **Cargos Comissionados:** 17 cargos comissionados DAS; Diretorias de Trabalho, Educação, Saúde etc. Promulgação da nova Constituição Federal e Estadual;

b) **CCDM vinculado à Secretaria de Governo sediado no Gabinete do Governador, período - 1991-1995, Governo Ciro Ferreira Gomes.** Constituição do novo colegiado: com 06 representantes da sociedade civil. **Entrada de ONGs na composição do Conselho.** Passaram a atuar na coordenação e execução de programas e projetos sociais. O Conselho amplia seu programa dando ênfase ao enfrentamento à prostituição e na defesa dos direitos da criança e da mulher. Uma das **Conselheiras é escolhida para ser Secretária de Educação do Estado** – Guaraciara Barros Leal;

c) **Transferência do CCDM da SEGOV para Secretaria do Trabalho e Ação Social-STDS. Período -1995 à 1999, Tasso Ribeiro Jereissati.** (segundo mandato) e **1999-2002.** (terceiro mandato). Realização de uma Convenção Estadual pela Efetiva Cidadania das Mulheres, definindo Diretrizes Estaduais para a Igualdade e Combate à Discriminação. Estabelecimento de lista tríplice para a escolha da presidenta do Conselho pelo governador. Instituição de um Fundo dos Direitos da Mulher (FEDM) recursos destinados a atender as necessidades do conselho. Extinção da diretoria executiva. Designação dos membros titulares para composição do colegiado do conselho com mandato de 04 anos e renovação de 2/3 ao termo de cada gestão. Seleção de conselheiras: através da apresentação de currículos que comprovem envolvimento com a questão feminina ou de gênero. .

d) **Transferência do CCDM para Secretaria de Justiça (SEJUS). Período de 2003-2006. Governador Lúcio Alcântara.** Altera a estrutura da administração estadual e promove a extinção e a criação de direção e assessoramento superior do poder executivo e a mudança na composição do colegiado. O colegiado delibera a Portaria nº001/2003 objetivando preenchimento de 6 vagas para representante da sociedade civil e seis vagas para representante de órgãos governamentais no colegiado do CCDM.

e) **Período de 2007-2010, governador Cid Ferreira Gomes.** Há a nomeação das mulheres para compor o colegiado do CCDM. Criada a Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres (CEPAM) como órgão vinculado ao Gabinete do Governador. Extinção do CCDM pela coordenadora escolhida pelo Governador.

Figura 3 – Assinatura do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pela ministra Nilcéa Freire e o governador Cid Ferreira Gomes e autoridades presentes, 18/12/2008



Fonte: Arquivo particular

Deve-se ressaltar a adesão do governo do Estado ao Pacto Nacional é uma iniciativa do governo federal com objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. O Pacto Nacional consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações a serem executadas nos próximos quatros anos, de 2008 a 2011. A coordenação do Pacto Nacional situa-se na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, cujas ações são executadas em conjunto com ministérios, secretarias especiais e outros órgãos e nas mais diferentes esferas da vida social, na educação, no mundo do trabalho, na saúde, na segurança, na assistência social, entre outras (BRASIL, 2010).

4 Considerações finais

O CCDM se constitui numa experiência de constituição de um espaço público democrático, representou o papel de interlocutor das demandas dos movimentos feministas e de mulheres junto ao Executivo. E como tal, foi responsável pelo planejamento, articulação e proposição das políticas públicas para as mulheres no Ceará durante 24 anos, desde o seu surgimento em 1988 à 2010.

Ao longo da sua existência possível observar momentos de crises, expansão e resistência no Conselho, intercalando sucessos com dificuldades, consensos e conflitos, entraves, mas, sobretudo, avanços e construção de políticas públicas para as mulheres nas diversas gestões dos governos estaduais dando-se destaque a criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher do Ceará (CEPAM).

Nossa pesquisa revela as negociações e as articulações realizadas pelos movimentos feministas e de mulheres para a criação do CCDM e a inserção dos direitos das mulheres na Constituição Estadual, em 1989, mediante apresentação de propostas de autonomia financeira e administrativa, além da institucionalização da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, o Centro de Orientação Jurídica e defesa da Mulher (COJEM), como também criação de políticas para as mulheres nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Mulher Presidiária, Cultura, Mulher Rural e Servidores Públicos Cíveis e Militares.

Também, se observa a atuação das presidentas do Conselho em períodos difíceis, os quais atingiram a estrutura do mesmo que foram determinantes para os momentos de crises entre as conselheiras e os governadores, bem como as cisões internas entre as conselheiras que compunham o referido Conselho.

Buscou-se também demonstrar através das falas dessas mulheres a atuação das conselheiras, uma vez que por meio desses relatos, descreveram a dinamicidade do Conselho como um órgão cheio de vida e contradições.

Nesse cenário, percebemos a relevância das entrevistas, como fonte fundamental para o registro da história da luta das mulheres no Ceará durante o referido período constituindo de mais uma importante fonte a ser discutida e interpretada pelas futuras gerações, acerca da luta de resistência das mulheres e mais especificamente o debate e os argumentos sobre a criação do CCDM como espaço público democrático entre sociedade civil e Estado.

Outra observação significativa e que a década de 1980 demarcou a experiência exitosa do CCDM, pela capacidade de aglutinar diversas mulheres com representações políticas para articular múltiplas demandas e estreitar as relações entre sociedade civil e Estado. As mulheres foram protagonistas, à frente do Conselho, assumindo o papel de mediadoras das reivindicações demandadas dos movimentos feministas e de mulheres e a pauta governamental, efetivando a inserção dos direitos das mulheres no texto da constituição Estadual.

Todavia, o CCDM, nos anos 90, vive a restrição do âmbito de sua atuação e a redução de suas atividades. Tal período representa uma tentativa de rearticulação do conselho como espaço de representação da sociedade civil, com a busca para a regulamentação de sua legislação complementar. O período de 1999 a 2010 marcou uma reestruturação do CCDM, como instrumento articulador das políticas e defensor dos direitos das mulheres com ênfase na violência contra a mulher e a forma de enfrentamento, mediante consolidação de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, através da elaboração

de políticas públicas nas esferas nacional, estadual e municipal. Nesse processo, foram considerados aspectos técnicos, políticos, culturais sociais sobre o problema com sistematização de procedimentos, elaboração de protocolos e fluxos visando a efetivação da institucionalização e a efetividade dos serviços e das políticas implementadas.

Vale ressaltar que as dificuldades financeiras e as restrições administrativas, foram muitas mas jamais constituíram justificativas para o Conselho parar de funcionar apesar de serem elementos fundamentais dessa dinâmica. A articulação com lideranças feministas, representações governamentais estaduais e com os conselhos municipais de direitos da mulher, universidades e ministério público foram importantíssimos para o planejamento de diversas políticas públicas para as mulheres. Nesse cenário, o Conselho se estabeleceu como um relevante fórum de debates da sociedade civil e do estado e contribuiu para um novo pensar sobre a condição feminina na sociedade bem com na elaboração das referidas políticas.

Sintetizando, o Conselho foi protagonista das lutas das mulheres cearenses enquanto espaço institucional aberto, simbolizando uma grande conquista dos movimentos feministas e de mulheres e um importante instrumento para assessorar os governos na construção de políticas públicas para as mulheres com uma dinâmica própria que caracteriza as relações de gênero.

Referências bibliográficas

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLAY, Eva. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. In: FÉLIX, M. (Org.). **Encontros com a civilização brasileira**. Mulher hoje. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 63-70.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2010.

Organização das mulheres no Ceará:

a trajetória do conselho cearense de direitos da mulher - CCDM na viabilização de políticas para as mulheres

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/1980=1988/L7353.htm>. Acesso em: 26 maio 2014.

CABANES, Robert; TELLES, V. S. (Org.). **Nas tramas da cidade:** trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

CEARÁ. Extrato da Portaria nº 001/2003, expedida pela presidente do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher - CCDM. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, ano VI, n. 103, 03 jun. 2003. Série 2.

_____. Lei nº 12.606, de 15 de julho de 1996. Reformula o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher - CCDM, criado pela Lei nº 11.170, de 02 de abril de 1986, modificado pela Lei nº 11.399, de 21 de dezembro de 1987 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 31 jul. 1996.

FROTA, Maria Helena de Paula. Interpretando a categoria de gênero de Joan Scott. In: OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira (Org.). **Família, gênero e geração:** temas transversais. Fortaleza: UECE, 2004.

GASPARI, Leni Trentim. **Educação e memória:** imagens femininas nas “Gêmeas do Iguazú” nos anos 40 e 50. 2003. (Dissertação de Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2003.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 199 p.

NEVES, Raphael Cezar da Silva. **Reconhecimento, multiculturalismo e direitos:** contribuições do debate feminista a uma teoria crítica da sociedade. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)**. Brasília: [s.n.], 2010.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. Feminismo e Direito. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Direito**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1988.